

**ATA DA 127ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA
EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA – EPE,
REALIZADA NO DIA 23 DE OUTUBRO DE 2017**

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas e trinta minutos, no Escritório Central da EPE, situado na Avenida Rio Branco, número um, 11º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, reuniu-se o Conselho Fiscal da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, secretariado por mim, CLAUDIA GUIMARÃES MEIRELLES, Secretária-Geral. Estiveram presentes os membros do Conselho Fiscal: RICARDO ALBERTO SUASSUNA DE MEDEIROS, Presidente do Conselho; SÉRGIO ALONSO DA COSTA e SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAÚJO. Participaram da reunião como convidados: o Superintendente de Recursos Financeiros da EPE PAULO EMÍLIO TEIXEIRA BARBOSA, o Superintendente Adjunto de Recursos Financeiros SANDRO DA SILVA ABILIO, a Analista MARIANA GONÇALVES DE AZEVEDO PACHECO e o Auditor Interno CARLOS ALVES DE SOUZA.

ABERTURA.

O Presidente do Conselho RICARDO ALBERTO SUASSUNA DE MEDEIROS cumprimentou os presentes e declarou aberta a reunião.

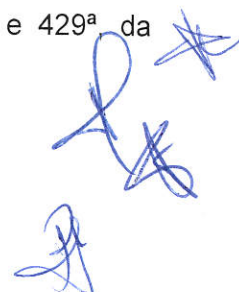
VERIFICAÇÃO DE QUORUM.

Diante da presença da maioria absoluta dos Conselheiros, restou configurado o atendimento do *quorum* estatutário para deliberações.

APRESENTAÇÃO.

A reunião começou com a aprovação e assinatura por todos os membros do Conselho da ata da 126ª Reunião do Conselho Fiscal. Em seguida, foi verificado que não há pendências na tabela de andamento das solicitações do Conselho.

A reunião continuou com a distribuição das cópias das atas das reuniões 125ª do Conselho Fiscal, da 155ª, do Conselho de Administração; e das 428ª e 429ª da Diretoria Executiva.

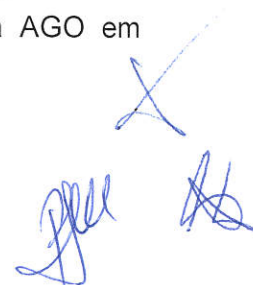


Em leitura da ata da 429ª Reunião da Diretoria Executiva, a Secretária-Geral CLAUDIA MEIRELLES informou a criação, por meio da RD nº 04/429ª de 18 de setembro de 2017, da área de Ouvidoria na EPE. O Colegiado foi apresentado à Ouvidora ALESSANDRA LOPES COSTA ALVES DOS SANTOS, que relatou os trabalhos de implementação da área. O Conselheiro SÉRGIO ALONSO DA COSTA, representante do Tesouro Nacional, solicitou a apresentação da lista de ocorrência da Comissão de Ética e da Ouvidoria, visando incluir na pauta das reuniões, para conhecimento dos membros do Conselho Fiscal, a atuação e interação da sociedade com a EPE. A Ouvidora informou que programou a elaboração de relatórios trimestrais para apresentar aos administradores e conselheiros fiscais da Empresa. Os Conselheiros aprovaram tal periodicidade.

Em continuação ao relato realizado na reunião passada sobre a proposta de criação de uma reserva de lucro especial a ser reconhecida nas Demonstrações Financeiras de 2017, discutida em reunião havida, em 28 de agosto passado, com a participação da SRF/DGC, Setorial Contábil do MME e a Coordenação-Geral de Participações Societárias da Secretaria do Tesouro Nacional (COPAR/STN/MF), o Superintendente de Recursos Financeiros PAULO EMÍLIO TEIXEIRA BARBOSA relatou que o cumprimento da deliberação da Assembleia para o recolhimento dos dividendos até 31 de dezembro de 2017 mostra-se incompatível com a realidade orçamentária e financeira projetada para essa data.

Relativamente à proposta de constituição de reserva de lucro especial para os dividendos adicionais relativos ao exercício de 2016, o Superintendente de Recursos Financeiros PAULO EMÍLIO TEIXEIRA BARBOSA informou que necessitaria de um limite orçamentário adicional liberado pelo MME de R\$ 1.248 (um milhão duzentos e quarenta e oito mil reais).

O Conselho Fiscal registrou que necessita de manifestação formal do MME sobre a viabilidade da liberação desses recursos no corrente exercício, para honrar os compromissos apresentados pela Superintendência, tendo em vista que, conforme explanado pela Administração, a não liberação desse montante orçamentário comprometeria os pagamentos dos dividendos adicionais aprovados na AGO em 2017.



Os representantes das áreas técnicas da EPE informaram que o Conselho de Administração submeterá ao acionista, em Assembleia Geral Extraordinária marcada para o dia 13 de dezembro de 2017, uma proposta alternativa à obrigação de recolhimento dos dividendos no prazo estabelecido na AGE. Para tanto, conforme disposto no § 4º do Art. 202 da Lei nº 6.404/76, essa proposta foi submetida ao Conselho Fiscal, para emissão de parecer sobre essa informação.

O Conselho Fiscal informou que analisará e emitirá parecer sobre a proposta da Administração tendo em vista que, numa primeira análise suscita-se que o disposto no § 4º do Art. 202 da Lei nº 6.404/76 não se aplicaria ao caso concreto, tendo em vista o fato dos dividendos terem sido declarados anteriormente.

Prosseguiu-se, então, com a verificação das certidões: Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas em Brasília e no Rio de Janeiro, Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa no município do Rio de Janeiro, Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, Certificado de Regularidade do FGTS – CRF em Brasília e no Rio de Janeiro, Certidão Negativa de Débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, Certidão Negativa de Débitos perante a Receita Estadual no Estado do Rio de Janeiro, Certidão de Regularização do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza no município do Rio de Janeiro, Comprovantes de Inscrição e da Situação Cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica em Brasília e no Rio de Janeiro, Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Contribuinte do ICMS no Estado do Rio de Janeiro e Comprovante de Inscrição e de Situação no Cadastro Fiscal do Distrito Federal – DIF.

Em seguida, foi apresentado o extrato do CADIN, que apresenta a EPE inscrita no Cadastro de Inadimplentes pela Petrobras.

O Superintendente de Recursos Financeiros PAULO EMÍLIO TEIXEIRA BARBOSA informou que a EPE tem envidado esforços no sentido de regularizar a situação fiscal, conforme relatado ao Conselho na reunião passada. Entretanto a Petrobras, até o momento, não retornou à solicitação de marcação de reunião.



A Secretária-Geral informou que, em reunião no dia 16 de outubro passado, o Conselho de Administração, ao tomar conhecimento do assunto, recomendou que a Empresa faça uma gestão pessoal com a Petrobras, marcando reunião institucional, e, em conjunto, ajuíze ação judicial questionando a inscrição no CADIN. O que está sendo providenciado pelo CONJUR/EPE.

Diante da manutenção da inscrição no CADIN, o Conselho reitera a recomendação para que a Administração empenhe esforços para retirar essa inscrição.

Na sequência, foram apresentadas as tabelas de Licitações em andamento (sem pequeno vulto) e dos Contratos vigentes na EPE (sem pequeno vulto), ambas atualizadas em 30 de setembro de 2017.

A seguir, o Superintendente de Recursos Financeiros PAULO EMÍLIO TEIXEIRA BARBOSA apresentou os demonstrativos mensais das quatro unidades de faturamento do Cartão Corporativo, com extratos de setembro de 2017, juntamente com as descrições dos itens adquiridos por meio de Cartão Corporativo, que ultrapassaram o valor de duzentos reais.

A exposição continuou com a apresentação da gestão de recursos econômico-financeiros, com posição em setembro de 2017, iniciando pelo Demonstrativo de Acompanhamento da Realização Orçamentária e a Tabela com a execução do orçamento até 30 de setembro de 2017, com relação aos estudos do PAC.

Nesse momento, foi relatada, para conhecimento do Conselho, a inviabilidade de execução do estudo do pré-inventário da bacia do Rio Negro, constante no PAC, que é meta do Planejamento Estratégico Institucional (PEI), com previsão de assinatura dos contratos até 29 de dezembro de 2017. As ações necessárias à realização da licitação foram realizadas ao longo do exercício de 2017, todavia, com o advento do contingenciamento orçamentário, ocorrido em agosto deste ano, a deflagração da licitação ficou prejudicada pela inexistência da disponibilidade orçamentária requerida pela Lei nº 8.666/93. Da mesma forma, não há recurso previsto para essa finalidade na PLOA/2018.



Deu-se prosseguimento com a apresentação do Demonstrativo da Evolução do Quadro de Pessoal, com a realização até setembro de 2017, do Demonstrativo da posição do Endividamento; das Demonstrações Contábeis, com o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados, em setembro de 2017, juntamente com as Notas Explicativas, apontando um prejuízo acumulado no exercício de 2017, até setembro, o valor de R\$ 5.906 mil. O resultado do período foi decorrente, principalmente, das despesas efetuadas e não pagas com recursos da conta única, em função da diferença entre a Programação Financeira e a efetividade dos recebimentos dos recursos.

Após, discutiu-se o Demonstrativo com a Comparação do Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado, no 3ª trimestre, até setembro de 2017, com o mesmo período de 2016. Continuou-se com a apresentação dos Demonstrativos de Análise da Receita Operacional; dos Demonstrativos de Custos e Despesas Operacionais; dos Demonstrativos de Receitas e Despesas Financeiras; e dos Demonstrativos com os Indicadores de Desempenho Financeiro.

Na sequência, foram apresentados os Demonstrativos dos Gastos com Salários, Encargos Sociais, Benefícios, Pessoal Requisitado e Honorários; o Fluxo de Caixa do Exercício no 3º trimestre até setembro de 2017; Demonstrativos de Controle de Restos a Pagar até setembro de 2017 e os Demonstrativos com a Composição da conta contábil "Despesas Financeiras".

A Secretária-Geral registrou a entrega dos certificados de realização do Curso de Capacitação, em 12 de setembro, elaborado pela área de capacitação da EPE.

Na sequência, o Presidente do Conselho Fiscal solicitou à Secretária-Geral que encaminhe cópia desta Ata de Reunião ao Conselho de Administração e à PGFN, na qualidade de representante da União, para conhecimento.

Ao final da reunião, o Presidente do Conselho RICARDO ALBERTO SUASSUNA DE MEDEIROS informou a sua saída do Ministério de Minas e Energia, para retornar à sua empresa de origem CHESF e consequente renúncia do Conselho Fiscal. Assim, diante da notícia, os demais conselheiros e os representantes da EPE presentes

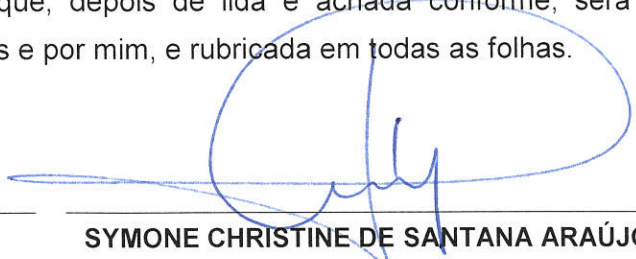


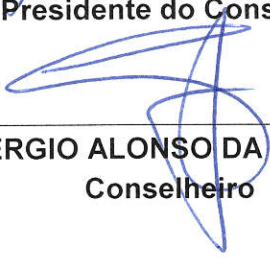
registraram o seu comprometimento com as questões da Empresa e agradeceram sua dedicação à função, desde seu início em 16 de fevereiro de 2012.

ENCERRAMENTO.

Em seguida, às treze horas, nada mais havendo a tratar nem tendo qualquer Conselheiro manifestado desejo de fazer uso da palavra, o Presidente do Conselho RICARDO ALBERTO SUASSUNA DE MEDEIROS agradeceu a presença e a participação de todos e deu por encerrada a 127ª Reunião do Conselho Fiscal da Empresa de Pesquisa Energética – EPE. Assim, eu, CLAUDIA GUIMARÃES MEIRELLES, lavrei a presente Ata que, depois de lida e achada conforme, será assinada pelos Conselheiros presentes e por mim, e rubricada em todas as folhas.



RICARDO A. SUASSUNA de MEDEIROS
Presidente do Conselho

SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAÚJO
Conselheira

SÉRGIO ALONSO DA COSTA
Conselheiro

CLAUDIA MEIRELLES
Secretária-Geral